

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE COGERADORES A BIOGÁS EM
INSTALAÇÕES DO SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE SANEAMENTO DA TEJO ATLÂNTICO –
ÁREA SUL, POR LOTES**

LOTE I – COGERADORES MAN E MTU

LOTE II – COGERADORES DEUTZ

LOTE III – COGERADORES JENBACHER

LOTE IV – COGERADORES 2G

TA_24_082_CI_S_024_DMA

PROGRAMA DO CONCURSO

DEZEMBRO 2024

Artigo 1.º

OBJETO DO CONCURSO

1. O presente concurso tem por objeto principal a **Aquisição de Serviços de Manutenção de Cogeneradores a Biogás em Instalações do Sistema Multimunicipal de Saneamento da Tejo Atlântico – Área Sul, por Lotes**, em conformidade com o definido no Caderno de Encargos e seus Anexos, que dele fazem parte integrante.
2. Os locais da prestação dos serviços estão inseridos no Sistema Multimunicipal de Saneamento da Tejo Atlântico que integra as instalações identificadas no Anexo I do Caderno de Encargos.
3. A Aquisição de Serviços em causa compreende 4 (*quatro*) lotes:
 - a) Lote I – Manutenção de Cogeneradores MAN E MTU;
 - b) Lote II – Manutenção de Cogeneradores Deutz;
 - c) Lote III – Manutenção de Cogeneradores Jenbacher;
 - d) Lote IV – Manutenção de Cogeneradores 2G.

Artigo 2.º

ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é a Águas do Tejo Atlântico, S.A., adiante designada por Tejo Atlântico, com sede na ETAR de Alcântara, sita na Avenida de Ceuta, 1300-254 Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto, sob o número único de matrícula e pessoa coletiva 514 387 130.

- Endereço eletrónico: compras_contratacao.adta@adp.pt;

- Telefone: +351 213 107 900;

- Fax: +351 213 107 901.

Artigo 3.º

ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTATAR

A decisão de contratar, nos termos do n.º I do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), foi tomada por deliberação do Conselho de Administração da Tejo Atlântico, em reunião realizada no dia 30 de dezembro de 2024, como consta da respetiva ata, no uso de competências próprias.

Artigo 4.º

PLATAFORMA ELETRÓNICA

1. O presente procedimento é tramitado na plataforma eletrónica de contratação pública da AcinGov, acessível através do sítio <http://www.acingov.pt>, doravante denominada por “plataforma eletrónica” ou “plataforma AcinGov”.
2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o *download* gratuito das peças do procedimento, bem como apresentar a proposta, nos termos e mediante as indicações constantes da mesma.
3. O anúncio do concurso foi publicado, de acordo com o n.º I dos artigos 130.º e 131.º do CCP, no Diário da República e no JOUE, respetivamente.

Artigo 5.º

ESCLARECIMENTOS E ERROS E OMISSÕES SOBRE AS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e as listas com a identificação dos erros e omissões das peças do procedimento devem ser apresentados pelos interessados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 23:59 horas do termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.
2. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo Júri do Procedimento, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 23:59 horas do termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 23:59 horas do termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, considerando-se rejeitados todos os que não sejam, até ao final daquele prazo, por ele expressamente aceites.
4. O órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, nos termos e no prazo previstos no n.º 2 ou até ao final do prazo de entrega das propostas, neste caso atender-se ao disposto nos números 1 a 3 do artigo 64.º do CCP.
5. A prorrogação do prazo de entrega das propostas aproveita a todos os interessados.
6. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números 2 a 4 fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 6.º

VISITA ÀS INSTALAÇÕES OBJETO DO PROCEDIMENTO

- I. Durante o prazo para apresentação das propostas, a Tejo Atlântico facultará aos interessados a possibilidade de visita às instalações objeto do presente procedimento para nelas realizarem os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas.
2. A inspeção aos locais deverá ser solicitada, nos primeiros 15 (*quinze*) dias após publicação do anúncio, via plataforma eletrónica, procedendo posteriormente a Tejo Atlântico, ao agendamento da visita.

Artigo 7.º

DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS

- I. As propostas, individualizadas por lote, devem, nos termos do disposto no artigo 57.º do CCP, ser constituídas pelos seguintes documentos:
 - I.1. Documento Europeu Único de Contratação Pública, cujo formulário tipo foi aprovado pelo regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de janeiro de 2016, disponível em <https://ec.europa.eu/growth/toolsdatabases/espd/filter?lang=pt>, conforme **Anexo I** ao presente Programa do Concurso;
 - I.2. Os seguintes documentos contendo os atributos da proposta relativos a aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos e de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:
 - I.2.1. Proposta de preço global, por lote, em conformidade com o modelo apresentado no **Anexo II** ao presente Programa do Concurso;
 - I.2.2. Lista dos Preços Unitários (LPU), por lote, em formato *pdf* e *excel*, em conformidade com o modelo apresentado no **Anexo III** deste Programa do Concurso;
 - I.2.3. Memória descritiva e justificativa, por lote, do modo como o concorrente se propõe executar a Aquisição de Serviços, em conformidade com as atividades previstas no Caderno de Encargos, contendo designadamente o seguinte:
 - I.2.3.1. Metodologia proposta para a Aquisição de Serviços, em situações normais de execução dos trabalhos de Manutenção Preventiva, de Manutenção de Melhoria ou substituição, incluindo a discriminação da equipa que propõe afetar.

- I.2.3.2. Metodologia proposta para resposta às situações de emergência e necessidades de Manutenção corretiva nas instalações da Tejo Atlântico, incluindo a discriminação da equipa que propõe afetar.
- I.2.3.3. Estruturação dos relatórios a emitir após as intervenções realizadas que traduza todas as atividades da Aquisição de Serviços objeto do presente procedimento e nos termos do ponto 3 da Cláusula 1.^a do Anexo II do Caderno de Encargos.
- I.2.3.4. Estruturação dos relatórios mensais, que traduza todas as atividades da Aquisição de Serviços objeto do presente procedimento e nos termos do ponto 3 da Cláusula 1.^a do Anexo II do Caderno de Encargos.
- I.2.3.5. Procedimentos a implementar em matéria de Higiene, Segurança e Saúde no trabalho, de acordo com a legislação em vigor e com o Caderno de Encargos.
- I.2.4. Descrição da metodologia de intervenção e dos meios humanos, por Lote, contendo designadamente o seguinte:
 - I.2.4.1. Organização e organograma da equipa, incluindo a parte administrativa, bem como, a organização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, equipas a constituir, sua área de intervenção e atuação;
 - I.2.4.2. CVs, títulos de habilitação e formação e declarações que atestem a experiência da equipa de manutenção, nos termos do ponto 2 da Cláusula 4.^a do Anexo II do Caderno de Encargos.
- I.2.5. Descrição dos meios materiais e equipamentos técnicos, a afetar pelo Cocontratante, que serão utilizados na Aquisição de Serviços contendo designadamente a descrição das máquinas, ferramentas, equipamentos de teste e meios de elevação que serão utilizados, nos termos do ponto 3 da Cláusula 3.^a do Anexo II do Caderno de Encargos.
- I.2.6. Descrição da metodologia utilizada para a definição das peças de reserva e de outros materiais, propostos pelo Cocontratante, nos termos do ponto 3 Cláusula 2.^a do Anexo II do Caderno de Encargos.

- 1.3. Os seguintes documentos, contendo os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato, não submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, aos quais a Tejo Atlântico pretende que o concorrente se vincule:
- 1.3.1. Nota justificativa do preço proposto, por lote, constituída por orçamento completo e discriminado, cujo total é igual ao preço global da proposta.
 - 1.3.2. Declaração, por lote, que identifique o responsável da Aquisição de Serviços, acompanhada da “Declaração Individual de Aceitação das Funções”, de acordo com os modelos do **Anexo IV** deste Programa do Concurso.
 - 1.3.3. Ponto de situação do concorrente, por lote, em matéria de certificação em Qualidade, Ambiente, Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, Responsabilidade Social ou outras, incluindo a(s) cópia(s) do(s) respetivo(s) certificado(s). Caso o concorrente não possua alguma das certificações acima descritas, deverá o mesmo apresentar, para essa(s) matéria(s), quais os procedimentos que se propõe implementar na aquisição de serviço em apreço de modo a cumprir com o estabelecido na legislação em vigor.
 - 1.3.4. Todos os restantes elementos descritivos que o concorrente considere conveniente para o completo conhecimento da forma como a Aquisição de Serviços será desenvolvida e atingidos os objetivos e trabalhos especificados no Caderno de Encargos.
- 1.4. No caso de recorrerem a subcontratados, declaração do concorrente onde indique os prestadores de serviços que pretende subcontratar e os serviços que serão objeto de subcontratação, acompanhada de declaração dos subcontratados em que se comprometem, incondicionalmente, a executar os trabalhos para os quais foram indicados, de acordo com o modelo constante no **Anexo V** ao presente Programa do Concurso.
- 1.5. Documento comprovativo dos poderes de assinatura e de vinculação do concorrente, por parte de quem assina a proposta, designadamente a Certidão Permanente do Registo Comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em afetividade de funções, ou disponibilização do respetivo código de acesso *online*.
2. Outros elementos de apresentação facultativa, que o concorrente apresente de interesse e que não estejam em contradição com o estipulado no presente Programa do Concurso ou no Caderno de Encargos.

3. Na organização dos documentos da proposta, por lote, a submeter na plataforma eletrónica, o concorrente deverá fazer corresponder os nomes dos ficheiros às alíneas correspondentes a cada um dos documentos mencionados no ponto 1 e, caso entendam juntá-los, os mencionados no ponto 2.
4. Caso o concorrente revista a forma de agrupamento e exista um representante comum do agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por declaração contendo a designação do representante comum do agrupamento, bem como pelos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento.
5. Caso o concorrente revista a forma de agrupamento, a proposta, por lote, deve ainda ser constituída por declaração de promessa de, em caso de adjudicação, os membros do agrupamento se associarem nas modalidades jurídicas de agrupamento Complementar de Empresas (ACE) ou associar-se em Consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, observadas as disposições legais Nacionais sobre tais matérias em vigor, conforme modelo apresentado no **Anexo VI** deste Programa do Concurso (Acordo-Promessa de Constituição).
6. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
7. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos que constituem a proposta, por lote, estiverem redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, que prevalecem sobre o original.

Artigo 8.º

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Artigo 9.º

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

As propostas devem ser apresentadas diretamente na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, até às 23h59 do 32.º (*trigésimo segundo*) dia a contar da data de envio para publicitação do anúncio em Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia.

Artigo 10.º

MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados, por lote, na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, devendo ser individual e eletronicamente assinados.
2. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
 - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
 - b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.
3. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, de um documento, dotado de fé pública, que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.
4. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os números 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos números 2 e 3 do presente artigo, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento, ou, não existindo representante comum, deve a assinatura ser aposta por todos os membros do agrupamento ou pelos respetivos representantes.

Artigo 11.º

PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 180 (*cento e oitenta*) dias úteis, contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

Artigo 12.º

REGIME DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

1. A Aquisição de Serviços a concurso será executada, quanto ao modo de pagamento, em regime de componente variável, em função dos trabalhos que forem efetivamente realizados e das aquisições efetivamente concretizadas, nos termos do disposto no Caderno de Encargos.

Artigo 13.º

CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO E DESEMPATE

- I. A adjudicação, por lote, será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, nos termos da alínea a) do n.º I do artigo 74.º do CCP, com base nos seguintes fatores e subfactores variáveis de apreciação e respetivas ponderações:

Fatores de Apreciação	Ponderação %
1. Qualidade Técnica da Proposta	50 %
I.1. Organograma afeto à Aquisição de Serviços	10%
I.2. Constituição da equipa técnica afeta à Aquisição de Serviços	30%
I.3. Meios materiais a afetar à Aquisição de Serviços	5%
I.4 Metodologia utilizada para a definição das peças de reserva e de outros materiais propostos	5%
2. Preço Global da Aquisição de Serviços	50 %

2. Para a avaliação das propostas, para cada um dos lotes, utilizar-se-á o modelo constante do **Anexo VII** do presente Programa do Concurso.
3. Caso seja ordenada em primeiro lugar mais do que uma proposta, propõe-se que, para efeitos de desempate, sejam considerados os seguintes critérios:
 - a) Que seja ordenada em primeiro lugar a proposta que obtiver a melhor pontuação na avaliação do fator “1.1 Qualidade técnica da proposta”.
 - b) Se, da aplicação do critério definido na alínea anterior, a situação de empate subsistir, será adjudicação ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar o mais baixo preço global;
 - c) Se, após a aplicação do critério definido na alínea anterior, a situação de empate subsistir será ordenada em primeiro lugar a proposta que obtiver a primeira pontuação mais elevada, sucessivamente, para os pontos 1.2., 1.3. e 1.1. do quadro acima.
4. Não há lugar a leilão eletrónico nem a negociação.

Artigo 14.º

ADJUDICAÇÃO POR LOTES

1. Os concorrentes podem apresentar proposta apenas para algum dos lotes, ou para todos os lotes indicados no número seguinte, devendo, contudo, apresentar proposta para todos os artigos previstos em cada lote a que concorram, sob pena de exclusão da proposta.
2. Será adjudicada uma proposta por cada um dos lotes, melhor identificados no caderno de encargos:
 - a) Lote I: Manutenção de Cogeneradores MTU e Man;
 - b) Lote II: Manutenção de Cogeneradores Deutz;
 - c) Lote III: Manutenção de Cogeneradores Jenbacher;
 - d) Lote IV: Manutenção de Cogeneradores 2G.

Artigo 15.º

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. No prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, o Adjudicatário deve apresentar, até às 17h00, na plataforma referida no artigo 4.º, os seguintes documentos:
 - 1.1 Os documentos de habilitação, nos termos do artigo 81.º do CCP, nomeadamente:
 - 1.1.1. Declaração de habilitação emitida conforme o modelo constante do Anexo II ao CCP, que constitui o **Anexo VIII** ao presente Programa do Concurso;

I.1.2. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do CCP:

- a) Certificado do registo criminal dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e estes se encontrem em efetividade de funções;
- b) Certificado do registo criminal da empresa;
- c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- d) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.

I.2 Sob pena de caducidade da adjudicação, nos termos do artigo 87.º-A do CCP, o Adjudicatário deve ainda apresentar os seguintes documentos:

- a) Contrato de constituição de agrupamento, caso o Adjudicatário revista essa forma.
- b) Declaração de compromisso de cumprimento dos requisitos do Sistema de Responsabilidade Empresarial da Tejo Atlântico, de acordo com o modelo do **Anexo IX** do presente Programa do Concurso;
- c) Identificação de outorgantes, conforme o modelo do **Anexo X** ao presente Programa do Concurso;
- d) Certidão Permanente do Registo Comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
- e) Comprovativo de registo, e respetivas atualizações, no Registo Central de Beneficiário Efetivo.

- 2. Caso o Adjudicatário revista a forma de agrupamento, os documentos de habilitação referidos em n.º I.1 e alíneas d) e e) do n.º I.2 devem ser apresentados por todos os seus membros.
- 3. Nos termos da alínea c), do n.º I, do artigo 86.º do CCP, os documentos de habilitação poderão ser redigidos em língua estrangeira, acompanhados da respetiva tradução, efetuada por quem tenha legitimidade para o efeito, no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.

4. No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos no ponto 1.1.2, ou se estes não se referirem a todos os casos referidos nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado.
5. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o Adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
6. O Adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos no ponto 1.2 se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.
7. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por um período não superior a 5 (*cinco*) dias, na sequência de solicitação do Adjudicatário formulada à Tejo Atlântico, antes de expirado o prazo a prorrogar.
8. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado no n.º 1, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
 - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
 - c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
9. Caso se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, nos termos do n.º 1 do artigo 86.º do CCP e esse facto não seja imputável ao Adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, a conceder em função das razões indicadas, de, até 5 (*cinco*) dias, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 16.º

CAUÇÃO

- I. Para garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, para cada um dos lotes, o Adjudicatário deve prestar, no prazo de 10 (*dez*) dias a contar da notificação da

adjudicação, uma caução correspondente a 5% (*cinco por cento*) do preço contratual do referido lote.

2. A caução referida no número anterior deve ser prestada:
 - a) Por depósito em dinheiro ou títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da Tejo Atlântico, nos termos do modelo constante no **Anexo XI** ao presente Programa do Concurso, que dele faz parte integrante;
 - b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos dos modelos constantes do **Anexo XII e Anexo XIII**, ambos ao presente Programa do Concurso.
3. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos números anteriores, a caução que lhe seja exigida.

Artigo 17.º

MODALIDADE JURÍDICA DO AGRUPAMENTO

1. Caso a decisão de adjudicação recaia sobre proposta apresentada por agrupamento concorrente, os respetivos membros, e apenas estes, devem associar-se na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho ou Agrupamento Complementar de Empresas, previsto no Decreto-Lei n.º 430/73, de 25 de agosto, com as alterações do Decreto-Lei n.º 36/2000, de 14 de março.
2. O agrupamento adjudicatário deve fazer prova da associação referida no número anterior antes da celebração do contrato, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 18.º

CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

1. O contrato será elaborado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data de aposição da última assinatura.
2. O prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo Adjudicatário ser-lhe-á comunicado com a antecedência mínima de 3 (*três*) dias úteis.
3. O incumprimento do prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo Adjudicatário é causa de caducidade da adjudicação.
4. Correm por conta do Adjudicatário todas as despesas inerentes à celebração do contrato.

Artigo 19.º

SIGILO

Os concorrentes obrigam-se a garantir o sigilo, quer por si ou seus colaboradores, quer por seus contratados, quanto a informação, documentos ou dados que venham a ter conhecimento ou acesso no âmbito do presente concurso, mantendo-se tal obrigação mesmo após o seu termo.

Artigo 20.º

DADOS PESSOAIS

1. Os dados pessoais, que eventualmente constem das propostas e dos respetivos anexos serão analisados pela Tejo Atlântico, exclusivamente no âmbito do presente procedimento, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do CCP, respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.
2. Com a entrega das propostas, os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável á proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.
3. A Tejo Atlântico garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
4. A Tejo Atlântico garante igualmente que os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais ara efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
5. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do seguinte endereço eletrónico dpo.adta@adp.pt.

Artigo 21.º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente Programa do Concurso, aplica-se o disposto no CCP.

ANEXO I

DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (DEUCP)

[a que se refere o ponto I.I do Artigo 7.º do Programa do Concurso]

- Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016;
- O concorrente deverá completar o preenchimento do DEUCP, com as informações que lhe digam respeito, na área específica do Portal da Comissão Europeia, em <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/filter?lang=pt>, utilizando para o efeito o documento pré-preenchido disponibilizado junto às peças do presente procedimento.
- O concorrente deverá preencher as partes I, II (com exclusão da secção D), III e VI, não sendo as demais (partes IV e V) aplicáveis ao presente procedimento.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

[a que se refere o ponto 1.2.1 do Artigo 7.º do Programa do Concurso]

F _____ (identificação do concorrente pessoa singular ou do(s) representante(s) legal(ais) do concorrente, se se tratar de pessoa coletiva: nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal _____ [qualidade em que subscreve a declaração - só aplicável se se tratar de pessoas coletivas] de _____ [identificação da sociedade ou do agrupamento concorrente: no caso de sociedade, a firma, o número de identificação fiscal, a sede e o código de acesso à certidão permanente, no caso de agrupamento, as firmas, os números de identificação fiscal, as sedes e os códigos de acesso às certidões permanentes dos respetivos membros], depois de ter(em) tomado conhecimento do objeto do procedimento destinado à celebração do contrato de **“Aquisição de Serviços de Manutenção de Cogeneradores a Biogás em Instalações dos Sistemas Multimunicipais de Saneamento da Tejo Atlântico – Área Sul, por Lotes - TA_24_082_CI_S_024_DMA” – Lote _____** (identificar o lote), declara(m), sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar todos os serviços, tarefas e a fornecer todos os bens, em conformidade com o disposto no Caderno de Encargos, nas condições técnicas propostas e pelo preço máximo de €..... (numericamente e por extenso), a que acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

Lote _____:

Capítulo	Valor Contratual	Valor contratual acumulado
1	(1)	(1)
2	(2)	(1) + (2)
3	(3)	(1) + (2) + (3)

- a) Percentagem de Desconto a aplicar (subalínea i) da alínea a) do n.º 4 da Cláusula 14.ª do Caderno de Encargos):
____%
- b) Percentagem de Desconto a aplicar (subalínea ii) da alínea a) do n.º 4 da Cláusula 14.ª do Caderno de Encargos):
____%

Às quantias supra mencionadas acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a qualquer foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar previsto na legislação portuguesa em vigor.

Data _____

Assinatura(s) _____

[assinatura(s) nos termos dos números 4 e 5 do artigo 57.º do CCP]

Programa de Procedimento

Aquisição de Serviços de Manutenção de Cogeneradores a Biogás em Instalações do Sistema Multimunicipal de Saneamento da Tejo Atlântico
– Área Sul, por Lotes

TA_24_082_CI_S_024_DMA

Página 16/34

ANEXO III

LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS

[a que se refere o ponto 1.2.2 do Artigo 7.º do Programa do Concurso]

(Documento Autónomo)

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DE FUNÇÕES

[a que se refere o ponto 1.3.2 do Artigo 7.º do Programa do Concurso]

A. Modelo da declaração

F _____ (denominação social e sede da empresa candidata ou de cada uma das empresas do agrupamento candidato), declara(m) que elementos técnicos a afetar à execução da “**Aquisição de Serviços de Manutenção de Cogeneradores a Biogás em Instalações dos Sistemas Multimunicipais de Saneamento da Tejo Atlântico – Área Sul, por Lotes - TA_24_082_CI_S_024_DMA**” – Lote ____ (identificar o lote), em conformidade com o exigido no Caderno de Encargos e no Programa do Concurso, são os seguintes:

- Responsável da Aquisição de Serviços

Data: _____

Assinatura(s): _____

B. Modelo de informação dos técnicos de manutenção (Este modelo é apenas orientador podendo ser apresentados modelos diferentes desde que respondam a todas as rubricas abaixo indicadas)

- Nome: _____
- Nacionalidade: _____
- Idade: _____

C. Modelo de “Declaração Individual de Aceitação das Funções”

_____, abaixo assinado, declara aceitar desempenhar as funções de _____ na equipa de _____ (empresa/consórcio) que prestará serviços de _____ na “**Aquisição de Serviços de Manutenção de Cogeneradores a Biogás em Instalações dos Sistemas Multimunicipais de Saneamento da Tejo Atlântico – Área Sul, por Lotes - TA_24_082_CI_S_024_DMA**” – Lote ____ (identificar o lote), nos termos do Programa do Concurso e do Caderno de Encargos.

Data _____

Assinatura _____

ANEXO VI

MODELO DE ACORDO-PROMESSA DE CONSTITUIÇÃO DE AGRUPAMENTO

[a que se refere o ponto 1.3.2 do Artigo 7.º do Programa do Concurso]

_____ (indicação das empresas signatárias e sedes) após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no Procedimento para a celebração do contrato de **“Aquisição de Serviços de Manutenção de Cogeneradores a Biogás em Instalações dos Sistemas Multimunicipais de Saneamento da Tejo Atlântico – Área Sul, por Lotes - TA_24_082_CI_S_024_DMA” – Lote _____** (identificar o lote), e nos termos do número 1.3.2 do Artigo 7.º do Programa do Concurso, desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, se constituírem em [Consórcio externo (a) ou Agrupamento Complementar de Empresas] (eliminar o que não for aplicável).

A participação qualitativa de cada empresa no consórcio ou agrupamento a constituir é a que se discrimina:

As empresas signatárias da presente proposta declaram que a empresa _____ representará o Consórcio ou Agrupamento Complementar de Empresas (eliminar o que não for aplicável) perante a Tejo Atlântico, devendo toda a correspondência ser enviada para _____ (indicar endereço, telefone e fax).

As empresas signatárias da presente proposta assumem perante a Tejo Atlântico, responsabilidade solidária passiva, desde já quanto à apresentação da proposta, mantendo-a no caso de adjudicação.

As empresas signatárias da presente proposta aceitam a exigência de autorização prévia da Tejo Atlântico, a qualquer alteração na composição do agrupamento ou do Consórcio, sob pena de exclusão do procedimento.

Data _____
Assinatura (b) _____

- (a) - No caso de o Consórcio adotar alguma designação especial, acrescentar: “adotando o agrupamento a seguinte designação especial: _____” (em maiúsculas).
- (b) Nos termos dos números 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

Programa de Procedimento

Aquisição de Serviços de Manutenção de Cogeneradores a Biogás em Instalações do Sistema Multimunicipal de Saneamento da Tejo Atlântico
– Área Sul, por Lotes
TA_24_082_CI_S_024_DMA

ANEXO VII

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

[a que se refere o n.º 2 do Artigo 13.º do Programa do Concurso]

I. METODOLOGIA GERAL

De acordo com o Artigo 13.º deste Programa do Concurso, o critério de adjudicação da presente Aquisição de Serviços, por lote, é o da proposta economicamente mais vantajosa, com base nos seguintes fatores e subfatores de apreciação e respetivas ponderações:

Fatores de Apreciação	Ponderação %
I. Qualidade Técnica da Proposta	50 %
I.1 Organograma afeto à Aquisição de Serviços	10%
I.2 Constituição da equipa técnica afeta à Aquisição de Serviços	30%
I.3 Meios materiais a afetar à Aquisição de Serviços	5%
I.4 Metodologia utilizada para a definição das peças de reserva e de outros materiais propostos	5%
2. Preço Global da Aquisição de Serviços	50 %

Caso seja ordenada em primeiro lugar mais do que uma proposta, propõe-se que, para efeitos de desempate, sejam considerados os seguintes critérios:

- Que seja ordenada em primeiro lugar, a proposta que obtiver a melhor pontuação na avaliação do fator “I Qualidade Técnica da Proposta”;
- Se, da aplicação do critério definido na alínea anterior, a situação de empate subsistir, será ordenada em primeiro lugar, a proposta que apresentar o mais baixo Preço Global da Aquisição de Serviços;
- Se, após a aplicação do critério definido na alínea anterior, a situação de empate subsistir, será ordenada em primeiro lugar, a proposta que obtiver a primeira pontuação mais elevada, sucessivamente, para os pontos I.2., I.3. e I.1. do quadro acima.

3. AVALIAÇÃO DO FATOR “QUALIDADE TÉCNICA DA PROPOSTA”

A avaliação parcial dos subfactores do fator qualitativo I (Qualidade Técnica da Proposta) será efetuada mediante atribuição da pontuação indicada nas respetivas tabelas, com os descritores de valorização dos atributos das propostas.

2.1 Avaliação do subfactor “1.1 Organograma afeto à Aquisição de Serviços”

Para a avaliação deste subfactor será analisada a informação apresentada, por lote, nas propostas dos Concorrentes, em resposta ao solicitado nos pontos 1.2.3 e 1.2.4 do Artigo 7.º deste Programa do Concurso.

Neste subfactor serão avaliados, os aspetos associados ao plano das atividades dos trabalhos que compõem a Aquisição de Serviços e a respetiva afetação de meios humanos, com base na matriz apresentada na **Erro! A origem da referência não foi encontrada.Tabela 1** do presente Anexo.

A pontuação do presente subfactor será efetuada mediante a atribuição da pontuação prevista na Tabela 1.

2.2 Avaliação do subfactor “1.2 Constituição da equipa técnica afeta à Aquisição de Serviços”

Para a avaliação deste subfactor será analisada a informação apresentada nas propostas dos Concorrentes em resposta ao solicitado nos pontos 1.2.3 e 1.2.4 do Artigo 7.º do Programa do Concurso.

Neste subfactor serão avaliados, os aspetos associados à experiência da equipa técnica afeta à Aquisição de Serviços, com base na matriz apresentada na **Erro! A origem da referência não foi encontrada.Tabela 2** do presente Anexo.

A pontuação do presente subfactor será efetuada mediante a atribuição da pontuação prevista na Tabela 2.

2.3 Avaliação do subfactor “Meios materiais a afetar à Aquisição de Serviços”

Para a avaliação deste subfactor será analisada a informação apresentada nas propostas dos Concorrentes em resposta ao solicitado nos pontos 1.2.3 e 1.2.5 do Artigo 7.º do Programa do Concurso.

Neste subfactor serão avaliados, os aspetos associados aos equipamentos e ferramentas afetos à Aquisição de Serviços, com base na matriz apresentada na Tabela 3 do presente Anexo.

A avaliação do presente subfator será efetuada mediante a atribuição da pontuação prevista na Tabela 3.

2.4 Avaliação do subfator “Metodologia usada para a definição de peças de reserva a afetar à Aquisição de Serviços”

Para a avaliação deste subfator será analisada a informação apresentada nas propostas dos Concorrentes em resposta ao solicitado na alínea I.2.3 e I.2.6 do Artigo 7.º do Programa do Concurso.

Neste subfator serão avaliados, os aspetos associados à metodologia utilizada para a definição das peças de reserva e de outros materiais propostos pelo Cocontratante, nos termos do número 3 Cláusula 2.ª do Anexo II do Caderno de Encargos, com base na matriz apresentada na Tabela 4 do presente Anexo.

A avaliação do presente subfator será efetuada mediante a atribuição da pontuação prevista na Tabela 4.

Tabela I - Matriz de avaliação do Organograma afeto à Aquisição de Serviços

I.1 Organograma afeto à Aquisição de Serviços	O organograma afeto à Aquisição de Serviços de Manutenção Preventiva é constituído no mínimo por: - 1 Gestor de Contrato; - 1 Equipa de manutenção composta por: - 1 Eletricista; ... - 1 Mecânico	O organograma afeto à Aquisição de Serviços para situações de rotina é constituído no mínimo por: - 1 Gestor de Contrato; - 2 Equipas de manutenção compostas por: - 1 Eletricista; ... - 1 Mecânico	O organograma afeto à Aquisição de Serviços para situações de rotina é constituído no mínimo por: - 1 Gestor de Contrato; - Apoio Administrativo; - 1 THST, - 1 Orçamentista; - 2 Equipas de manutenção compostas por: - 1 Eletricista; ... - 1 Mecânico
O organograma afeto à Aquisição de Serviços para situações de emergência é constituído no mínimo por: - 1 Equipa de manutenção composta por: - 1 Eletricista; - 1 Mecânico.	2	5	8
O organograma afeto à Aquisição de Serviços para situações de emergência é constituído no mínimo por: - 1 Equipa de manutenção composta por: - 1 Técnico Superior de Engenharia Mecânica ou Eletrotécnica - 1 Eletricista; - 1 Mecânico.	4	7	10

Tabela 2 - Matriz de avaliação da Constituição da equipa técnica afeta à Aquisição de Serviços

I.2Constituição da equipa técnica afeta à Aquisição de Serviços	A equipa proposta para a execução de Manutenção Preventiva, Corretiva e Assistência a chamadas de urgência é composta por elementos que não evidenciam experiência superior a 5 anos na Aquisição de Serviços de manutenção preventiva em cogeneradores.	Todos os elementos que compõem a equipa para a execução de Manutenção Preventiva, Corretiva e Assistência evidenciam experiência superior a 5 anos na Aquisição de Serviços de manutenção preventiva em cogeneradores.	Todos os elementos que compõem a equipa para a execução de Manutenção Preventiva, Corretiva e Assistência evidenciam experiência superior a 5 anos na Aquisição de Serviços de manutenção preventiva em cogeneradores e evidenciam experiência em manutenção de cogeneradores a biogás nos anos de 2021, 2022 e 2023.
Na equipa proposta para a execução de Manutenção Preventiva, Corretiva e Assistência a chamadas de urgência não existe nenhum elemento que evidencie ter formações profissionais dos fabricantes, em pelo menos um dos modelos de cogeneradores no âmbito do Caderno de Encargos.	2	4	6
Na equipa proposta para a execução de manutenção Preventiva, Corretiva e Assistência a chamadas de urgência existe um ou mais elementos que evidenciam ter formações profissionais dos fabricantes em pelo menos um dos modelos de cogeneradores no âmbito do Caderno de Encargos.	6	8	10

Tabela 3 - Matriz de avaliação dos Meios materiais a afetar à Aquisição de Serviços

I.3 Meios materiais a afetar à Aquisição de Serviços	A descrição dos meios materiais a afetar à Aquisição de Serviços, evidência que o Cocontratante propõe ter disponíveis máquinas, equipamentos e ferramentas que não são aplicáveis à realização dos serviços descritos no Caderno de Encargos (Anexo III).	A descrição dos meios materiais a afetar à Aquisição de Serviços, não evidência que o Cocontratante terá disponível todas as máquinas, equipamentos e ferramentas necessários à realização dos serviços descritos no Caderno de Encargos (Anexo III).	A descrição dos meios materiais a afetar à Aquisição de Serviços, evidência que o prestador terá disponível todas as máquinas, equipamentos e ferramentas necessários à realização dos serviços descritos no Caderno de Encargos (Anexo III).
O Cocontratante não apresenta um software de gestão de manutenção específico para cogeneradores que será disponibilizado e utilizado no âmbito Aquisição de Serviços.	2	4	6
O Cocontratante apresenta um software de gestão de manutenção específico para cogeneradores que será disponibilizado e utilizado no âmbito da Aquisição de Serviços.	4	6	8
O Cocontratante apresenta um software de gestão de manutenção específico para cogeneradores que será disponibilizado e utilizado no âmbito Aquisição de Serviços. O software tem a capacidade para detalhar o controlo condicional dos parâmetros individuais das máquinas, nomeadamente: estado do óleo; estado do refrigerante, estado do alternador e controlos dimensionais dos equipamentos.	6	8	10

Tabela 4 - Matriz de avaliação da Metodologia usada para a definição de peças de reserva e de outros materiais propostos

I.4 Metodologia utilizada para a definição das peças de reserva e de outros materiais propostos	A metodologia apresentada não é baseada no cálculo do risco de falha dos equipamentos, tendo em consideração os diversos modos de falha dos equipamentos e a correspondente gravidade e probabilidade de ocorrência.	A metodologia apresentada é baseada no cálculo do risco de falha dos equipamentos, tendo em consideração os diversos modos de falha dos equipamentos e a correspondente gravidade e probabilidade de ocorrência.	A metodologia apresentada é baseada no cálculo do risco de falha dos equipamentos, tendo em consideração os diversos modos de falha dos equipamentos e a correspondente gravidade e probabilidade de ocorrência e é concretizada com a apresentação da lista de peças de reserva a propor à Tejo Atlântico.
A metodologia apresentada não tem em consideração o custo e o tempo de aquisição e de armazenamento das peças de reserva e materiais a propor.	2	4	6
A metodologia apresentada tem em consideração o custo e o tempo de aquisição e de armazenamento das peças de reserva e materiais a propor.	4	6	8
A metodologia apresentada tem em consideração o custo e o tempo de aquisição e de armazenamento das peças de reserva e materiais a propor e é concretizada com a apresentação da lista de peças de reserva valorizada a propor à Tejo Atlântico.	6	8	10

4. AVALIAÇÃO DO FATOR “PREÇO GLOBAL DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS”

O valor unitário proposto, por Lote, para cada um dos Itens do Anexo III do Programa do Concurso - LPU tem de ser obrigatoriamente inferior ao preço de base a que corresponde.

A apreciação de “Preço da Proposta” (PPI), por Lote, será obtida de acordo com a seguinte fórmula arredondada à segunda casa decimal:

Pontuação (Proposta i') = Pontuação CAP (1+2+3) * 0,90 + Pontuação CAP 2a * 0,10

a) Cálculo da Pontuação relativa aos Capítulos (1+2+3):

$$\text{Pontuação Capítulo (1+2+3) (Proposta i')} = 10 * \left(1 - \frac{Vi^Y}{PB^Y}\right)$$

em que:

- Pontuação Capítulo (1+2+3) da Proposta i': é a pontuação a atribuir ao fator Preço Global do Capítulo (1+2+3), com um máximo de 10 pontos;
- Vi: é o valor do Capítulo (1+2+3) da proposta i';
- Y: expoente com valor 3,0
- PB: Preço Base

b) Cálculo da Pontuação relativa ao Capítulo 2b:

A pontuação relativa ao Capítulo 2b é constituída por uma ponderação de dois fatores:

Pontuação do Capítulo 2 da Proposta i' = Fator Percentagem de Desconto (subalínea i) da alínea a) do n.º 4 da Cláusula 14.ª do CE * 0,5 + Fator Percentagem de (subalínea ii) da alínea a) do n.º 4 da Cláusula 14.ª do CE * 0,5

Caso seja aplicável apenas uma das subalíneas i) e ii) da alínea a) do número 4 da Cláusula 14.ª do CE, na fórmula ponderada considera-se a mesma percentagem de desconto para ambas as alíneas.

i. Fator Percentagem de Desconto subalínea i) da alínea a) do número 4 da Cláusula 14.ª do Caderno de Encargos

$$\text{Pontuação (Proposta i')} = 10 * Vi$$

em que:

- Pontuação da Proposta i': é a pontuação a atribuir ao Fator Percentagem de Desconto subalínea i) da alínea a) do número 4 da Cláusula 14.^a do Caderno de Encargos do Capítulo 2, com um máximo de 10 pontos;
- Vi: é o valor do Capítulo 2a da proposta i';

TABELA DE VALORES LIMITE PARA EFEITOS DE AVALIAÇÃO (para efeitos exclusivos de avaliação das propostas

Lote I	Valor Limite para Efeitos de Avaliação
Capítulo 1	110.280,00 €
Capítulo 2	163.094,00 €
Capítulo 3	250,00 €

Lote II	Valor Limite para Efeitos de Avaliação
Capítulo 1	38.290,00 €
Capítulo 2	215.187,00 €
Capítulo 3	250,00 €

Lote III	Valor Limite para Efeitos de Avaliação
Capítulo 1	54.000,00 €
Capítulo 2	99.853,00 €
Capítulo 3	250,00 €

Lote IV	Valor Limite para Efeitos de Avaliação
Capítulo 1	1.900,00 €
Capítulo 2	84.962,00 €
Capítulo 3	250,00 €

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

[a que se referem a alínea a) do n.º I do artigo 81.º do CCP e o n.º I.1.1 do Artigo 16.º do Programa de Concurso]

I - ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento destinado à celebração do contrato de **Aquisição de Serviços de Manutenção de Cogeneradores a Biogás em Instalações dos Sistemas Multimunicipais de Saneamento da Tejo Atlântico – Área Sul, por Lotes - TA_24_082_CI_S_024_DMA - – Lote ____** (identificar o lote), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

...(local), ... (data), Assinatura (5)

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.
- (3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”.
- (5) Nos termos do disposto nos números 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO SISTEMA DE RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL DA ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO, S.A.

[a que se refere a alínea b) do número 1.2 do Artigo 16.º do Programa do Concurso]

[Nome da Empresa], com sede em [localização da sede], pessoa coletiva n.º [número], neste ato representada por [designação dos representantes], declara que no âmbito da sua atividade:

- I. Cumprirá as disposições legais e regulamentares, bem como às demais disposições impostas pela Águas do Tejo Atlântico, S.A., nos termos do “Manual de Fornecedores – requisitos de fornecimento”, aprovado no dia 03 de julho de 2018 e do próprio Sistema de Responsabilidade Empresarial em vigor, sendo por sua conta os encargos que de tal resultem;
- II. Disponibilizará a informação e os registos necessários à verificação do cumprimento do estabelecido no ponto anterior;
- III. Disponibilizar-se-á para ser auditado pela Águas do Tejo Atlântico, S.A., num quadro de verificação de conformidade com os requisitos instituídos pela empresa no âmbito do Sistema de Responsabilidade Empresarial. As auditorias a realizar inserem-se na perspetiva dos referenciais normativos NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e NP EN 45001 no que respeita ao controlo de fornecedores (e subcontratados) e incidirão apenas sobre os aspetos relacionados com a prestação de serviços à Águas do Tejo Atlântico, S.A..

[Local] , [data]

ASSINATURA(S) – IDENTIFICADA(S)

ANEXO X

IDENTIFICAÇÃO DE OUTORGANTES

[a que se refere a alínea c) do número 1.2 do Artigo 16.º do Programa do Concurso]

Declara-se que na outorga do contrato a celebrar na sequência do procedimento com a referência **TA_24_082_CI_S_024_DMA** para a **Aquisição de Serviços de Manutenção de Cogeneradores a Biogás em Instalações dos Sistemas Multimunicipais de Saneamento da Tejo Atlântico – Área Sul, por Lotes – Lote ____** (identificar o lote) o Adjudicatário será representado por xxx, na qualidade de xxx, conforme consta na certidão com o código de acesso xxx (indicar outra forma de delegação, se aplicável, ex: procuração emitida em xxx, ata de AG data de de xxx).

Mais se declara que no âmbito da execução do contrato a celebrar as comunicações a efetuar se realizarão para os seguintes contactos:

- [identificação da entidade]
- [identificação da pessoa de contacto]
- Morada: [●]
- Telefone n.º [●]
- Correio eletrónico [●]

[Local], [data]

ASSINATURA(S) – IDENTIFICADA(S)

ANEXO XI

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

[a que se refere a alínea a) do número 2 do Artigo 17.º do Programa do Concurso]

Euros _____ €

Vai _____ (nome do prestador de serviços), com sede em _____ (morada), depositar na _____ (sede, filial, agência ou delegação) do Banco _____ a quantia de _____ (por algarismos e por extenso) em dinheiro/em títulos _____ (eliminar o que não interessar), como caução exigida para o contrato com a referência **TA_24_082_CI_S_024_DMA** para a **Aquisição de Serviços de Manutenção de Cogeneradores a Biogás em Instalações dos Sistemas Multimunicipais de Saneamento da Tejo Atlântico – Área Sul, por Lotes – Lote ____** (identificar o lote), nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de Águas do Tejo Atlântico, S.A., a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

ANEXO XII

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

[a que se refere a alínea b) do número 2 do Artigo 17.º do Programa do Concurso]

À [designação da entidade adjudicante]

O _____[banco], com sede em _____[morada], com capital social de _____[capital social], pessoa coletiva número _____[número de identificação de pessoa coletiva], representado por _____[representante(s) e respetiva(s) identificação(ões)] (doravante designada(o) por “Ordenante”), vem prestar, por conta e a pedido de _____(nome do adjudicatário) com sede em _____, como adjudicatário do procedimento n.º **TA_24_082_CI_S_024_DMA** destinado à celebração de contrato de **Aquisição de Serviços de Manutenção de Cogeneradores a Biogás em Instalações dos Sistemas Multimunicipais de Saneamento da Tejo Atlântico – Área Sul, por Lotes – Lote ____** (identificar o lote) garantia bancária autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação, a favor da Águas do Tejo Atlântico, S.A. (adiante designada por “Beneficiário”), até ao valor de _____ Euros [repetir por extenso], em caução do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do contrato e do caderno de encargos.

Em consequência, este Banco, constitui-se devedor e principal pagador em dinheiro, ao Beneficiário, até àquele valor, sem quaisquer reservas e para todos os efeitos legais, de todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito pelo Beneficiário, por uma ou mais vezes, à primeira solicitação e até um limite máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da solicitação, sem questionar a sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no processo do procedimento e documentos a ele anexos, sem possibilidade de alegar qualquer exceção ou meio de defesa contra o Beneficiário que eventualmente pudesse invocar contra o Ordenante, sem possibilidade de recorrer qualquer benefício de prévia execução dos bens do Ordenante e sem a dependência de qualquer autorização ou concordância do Ordenante.

Quaisquer pagamentos a efetuar por este Banco nos termos da presente Garantia serão processados no prazo máximo acima referido, através de transferência bancária ou qualquer outro meio de pagamento para o efeito especificado na comunicação escrita de solicitação de pagamento que seja efetuada pelo Beneficiário.

Esta garantia é de € _____ (_____ euros), e só será cancelada quando o Beneficiário nos comunicar por escrito que cessaram todas as obrigações do Caucionado, decorrentes do acima especificado, o que deverá ser feito de acordo com o estabelecido no caderno de encargos do referido procedimento e no Códigos do Contratos Públicos.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade ou vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelem necessárias.

[Local], [data]

[assinatura(s)]

Programa de Procedimento

Aquisição de Serviços de Manutenção de Cogeneradores a Biogás em Instalações do Sistema Multimunicipal de Saneamento da Tejo Atlântico – Área Sul, por Lotes

TA_24_082_CI_S_024_DMA

Página 33/34

ANEXO XIII

MODELO DE SEGURO CAUÇÃO

[a que se refere a alínea b) do n.º 2 do Artigo 17.º do Programa do Concurso]

A _____ [companhia de seguros], com sede em _____ [morada], presta a favor da Águas do Tejo Atlântico, S.A. e ao abrigo do contrato de seguro caução celebrado com _____ [tomador de seguro], garantia à primeira solicitação no valor de _____ Euros [repetir por extenso], correspondente à caução prevista no procedimento n.º **TA_24_082_CI_S_024_DMA** destinado à celebração de contrato de **Aquisição de Serviços de Manutenção de Cogeneradores a Biogás em Instalações dos Sistemas Multimunicipais de Saneamento da Tejo Atlântico – Área Sul, por Lotes – Lote ____** (identificar o lote), com vista a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que _____ [adjudicatário], com sede _____ [morada], assumirá no contrato que com ele a Águas do Tejo Atlântico, S.A. vai celebrar.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos 5 (cinco) dias úteis seguintes à primeira solicitação da Águas do Tejo Atlântico, S.A., sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira pessoa possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que o _____ [adjudicatário], assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à Águas do Tejo Atlântico, S.A., quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução, celebrado com o tomador do seguro.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previsto no contrato e na legislação aplicável.

[Local], [data]

[assinatura(s)]